

## Na produção do conhecimento em Saúde do Trabalhador é preciso ter compromisso

São cada vez mais frequentes as discussões contemporâneas em torno da finalidade e do sentido da produção de conhecimentos. As Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (C&T&I) em todo mundo vêm questionando o investimento em estudos acadêmicos que não redundem em benefício para a sociedade. No caso brasileiro, as diretrizes políticas do setor cada vez mais definem em seus editais as investigações prioritárias a serem financiadas, em acordo com uma visão estratégica deliberada nas Conferências Nacionais sobre Ciência, Tecnologia e Inovação, inclusive para a área de saúde. Em seu conteúdo, tais políticas, por óbvio, não restringem a finalidade dos estudos à aplicação imediata e nem desconsideram os aportes fundamentais da pesquisa básica, mas dão ênfase ao papel da ciência para o desenvolvimento humano, social e econômico.

Para os estudos sobre saúde dos trabalhadores tais diretrizes são cruciais, uma vez que os setores produtivos vêm introduzindo inovações que impactam os mais diferentes segmentos, exigindo especial atenção e interação a seu favor, por parte dos pesquisadores e dos produtores de bens e prestadores de serviços. No âmbito desse campo e dentro da área de saúde coletiva, acompanhando a tendência de aumento da produção científica nacional nos últimos anos, observa-se um crescimento significativo no número de trabalhos publicados, frutos de pesquisas.

Seria, portanto, oportuno avaliar, seguindo as diretrizes das políticas de C&T&I (1) em que medida essa produção responde às demandas explícitas ou implícitas de gestores e planejadores no que concerne às relações saúde-ambiente-trabalho; (2) e qual o grau de integração entre os diversos atores – profissionais de serviços, gestores, pesquisadores, organizações de trabalhadores – na definição de objetos de estudo relevantes frente aos numerosos problemas de saúde dos trabalhadores. É importante se perguntar, pois, qual a relevância dessa volumosa produção para o diagnóstico das condições de saúde dessa população e para a implementação de políticas e ações para melhorá-las.

Seria também oportuno indagar sobre dois pontos: (1) se o número elevado de publicações não seria, em parte, orientado por alguns pesquisadores para ajustar-se aos critérios usados pelas instituições “tradicionais” de avaliação de docentes e pesquisadores que, na contramão das diretrizes das Conferências de C&T&I, se pautam apenas por uma visão quantitativista da produção; e (2) se essas publicações, em vez de enfatizarem a contribuição que poderiam dar para a solução dos problemas, buscariam responder, prioritariamente, aos critérios das revistas indexadas quanto a seu fator de impacto, também de cunho quantitativo. Num breve levantamento da produção publicada na última década em revistas indexadas, constata-se que os estudos sobre saúde dos trabalhadores, na sua imensa maioria, são de caráter quantitativo e tratam dos agravos à saúde. Raríssimos são os que abordam questões relacionadas à Prevenção e Vigilância.

A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNST) homologada em 2012, constituiu um passo importante para orientar a produção da área, respondendo a uma aspiração histórica de profissionais, pesquisadores e movimentos de trabalhadores. Dela constam princípios norteadores, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento da atenção integral à saúde do trabalhador nas três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde. Um dos seus objetivos prioritários é o fortalecimento da Vigilância e dela consta um modelo ambicioso de ações a serem realizadas. Ter essa Política como referência significa aproveitar uma oportunidade ímpar de superar o distanciamento entre a academia e a prática dos serviços. Ela abre perspectivas para o fortalecimento da Rede Nacional de Atenção à Saúde do Trabalhador em que o conhecimento tem um papel estratégico.

Carlos Minayo Gomez  
*Fundação Oswaldo Cruz*